



Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Política de Educação.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROJETO NEOLIBERAL BRASILEIRO EM TEMPOS TEMEROSOS

JÉSSICA CLEOPHAS DO CARMO LIMA¹

Resumo: O artigo apresenta uma análise da política da educação, em especial, da educação superior, a partir de uma contextualização histórica. Parte da compreensão que a educação brasileira sempre esteve vinculada aos interesses dos setores dominantes, desde o processo colonizador através da igreja católica e da burguesia europeia e posteriormente brasileira, até o momento atual de aprofundamento do projeto neoliberal no país. O objetivo principal deste artigo é apontar as principais características que definiram esta política no país e as recentes investidas do atual governo Temer (PMDB), com retrocessos aos direitos sociais, e uma tendência de fim da gratuidade nas universidades públicas e ampliação da privatização, mercantilização e flexibilização das políticas sociais.

Palavras-chave: Direitos sociais; Educação superior; Neoliberalismo.

Abstract: The article presents an analysis of education policy, especially of higher education, based on historical contextualization. Part of the understanding is that Brazilian education has always been linked to the interests of dominant sectors, from the colonization process through the Catholic Church and the European bourgeoisie and later Brazilian, until the current moment of deepening the neoliberal project in the country. The main objective of this article is to point out the main characteristics that defined this policy in the country and the recent investments of the current Temer government (PMDB), with retrocessions to social rights, and a tendency to end gratuity in public universities and privatization expansion, mercantilization and flexibilization of social policies.

Keywords: Social rights; Higher education; Neoliberalism.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo foi construído como parte do processo de amadurecimento teórico da autora no mestrado acadêmico, apresentado à disciplina Fundamentos da política social, com a proposta de discutir o direito à educação, situando-o como uma política social no contexto do capitalismo brasileiro, na conjuntura atual de aprofundamento do projeto neoliberal no governo Temer (PMDB).

Segundo Ortiz (2010) o desenvolvimento no Brasil teve grande influência internacional, porém isso só foi possível através das alianças da

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe. Email: <jessicacleophascl@gmail.com>

burguesia brasileira que determinaram o caráter dependente do capitalismo no país. Essa burguesia foi formada com base nas oligarquias agrárias e no desenvolvimento do comércio e industrialização, com a burguesia industrial, porém não há rompimento com as bases conservadoras constituintes dessa elite, mantendo o caráter conservador e autoritário, com resquícios coloniais, sem abertura para reformas estruturais e com grande influência da burguesia imperialista, essas características fundamentam a modernização conservadora do Brasil.

Saviani (2008) aponta que desde o século XVIII se tem iniciativas de inserir a educação como uma responsabilidade estatal, na tentativa de democratizar o acesso, que ao longo da história foi um privilégio de classe e de cor. Desde o período colonial, a educação dos escravizados e mulheres era restrita, esse cenário perpetuou-se na construção da sociedade brasileira, refletindo atualmente.

Marshall (1967) apresenta a compreensão de Alfred Marshall sobre a construção da cidadania e direitos na sociedade, que deveria perpassar pela pontual mediação do Estado, porém sem interferir na divisão de classes, para ele a educação era considerada um direito social essencial para a construção dessa cidadania. Situando a construção da cidadania brasileira, Wanderley (1979) aponta que as características sócio históricas do Brasil demarcam a construção de uma cidadania associada à inserção no mercado de trabalho formal, uma cidadania regulada, devido aos desafios de inserção da população na tomada de decisões, construção dos direitos e políticas sociais, distanciando-se da diminuição das desigualdades sociais, mas ao contrário, aprofundando-as.

Esse artigo parte da compreensão que a educação brasileira sempre esteve vinculada aos interesses dos setores dominantes, desde o processo colonizador através da igreja católica e da burguesia europeia e posteriormente brasileira, até o momento atual de aprofundamento do projeto neoliberal no país. A discussão da política de educação no Brasil será direcionada pela compreensão da disputa de acesso pela classe trabalhadora à educação, considerando que o projeto de educação construído no Brasil está voltado a atender a lógica capitalista de produção, prevalecendo os interesses do

mercado, com particularidades que caracterizam esse projeto, baseado nos interesses da burguesia brasileira. Posteriormente nossa discussão se aprofundará na educação superior, objetivo principal deste artigo, apontando as principais características que definiram esta política no país e as recentes investidas do atual governo (Temer/ PMDB), demonstrando os desafios que a conjuntura atual tem apresentado para a classe trabalhadora, com retrocessos aos direitos, avanço do neoconservadorismo e reacionarismo brasileiro.

2. DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento do capital, fundado na exploração do trabalho com objetivo de produzir lucro, a produção de riqueza é inversamente proporcional à produção de pobreza e miséria. Esse fenômeno alastrou-se nos primeiros momentos de estabelecimento do sistema e causou grandes mobilizações e revoltas por parte dos trabalhadores imersos a essa condição. O movimento de enfrentamento ao sistema e de evidência do pauperismo coloca para a sociedade uma nova categoria, chamada de “questão social”. Segundo Netto (2001, p. 43), a categoria tem um caráter político, reflexo de mobilizações e greves dos trabalhadores frente à relação de trabalho precário, portanto “a designação desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos”.

Diante dessa complexa relação, o Estado assume o papel de contribuir para a manutenção do sistema, passando a desenvolver sua intervenção e buscar formas de enfrentamento a questão social, deslocando sua origem da lógica de produção capitalista para um discurso de naturalização. Em oposição a essa lógica, compreendemos que

as principais manifestações da “questão social” – a pauperização, exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da “questão social”. (PASTORINI, 2010, p.101)

As políticas sociais, segundo Behring e Boschetti (2008) são respostas

e formas de enfrentamento às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, mas também são instrumentos de regulação dos trabalhadores, elas são oriundas da relação entre Capital e Trabalho. Conforme aponta Pereira (2008) as transformações do sistema ao longo da história as políticas sociais, configurando-se como políticas públicas ou não, foram definidas de acordo com a pressão exercida pelos trabalhadores e a ação do Estado.

A gênese do Estado está na divisão da sociedade em classes, a sua função é “a de conservar e reproduzir esta divisão de classes”. (COUTINHO, 2006, p. 32) E como aponta Netto (1996, p. 22) “opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista”. Ao Estado brasileiro coube assumir esse papel, como todos os estados burgueses, diante das necessidades do capital nacional. Ortiz (2010) reafirma apontando que o Estado responsabilizou-se pela garantia da reprodução da força de trabalho, através das políticas sociais, como também o investimento em áreas que davam base para a industrialização, como a infraestrutura, estradas, cidades, transportes, mas também para garantir a estabilidade do mercado, ou seja, diminuir os impactos de crises.

Segundo Netto e Braz (2012), o ciclo econômico do capital compõe-se por crises, depressões, retomadas e auge, até que uma nova crise seja instaurada reiniciando o ciclo. Ao longo da história da humanidade, diversos momentos de crise aconteceram, porém as constantes crises do capitalismo são reflexos do seu próprio movimento de acumulação, mesmo que cada crise tenha causas diferentes. Com a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) houve um esgotamento das possibilidades acumulativas do capitalismo, através de uma política econômica baseada na expansão de crédito e valorização financeira. Os países buscaram reorganizar sua intervenção para combater o desemprego, a fome e as pressões dos trabalhadores, diante da ameaça de superação do sistema capitalista.

O Brasil também reagiu à chamada “ameaça comunista” e buscou a superação da crise, porém a ação Estatal implementada foi o modelo nacional-desenvolvimentista e o Estado de exceção, que garantiu o processo de industrialização nacional, com iniciativa estatal e políticas de proteção social. Porém com grande influencia do mercado privado, que exigia um

comprometimento de expressivos recursos fiscais para permitir também a sobrevivência de outros setores econômicos, além da indústria de bens de consumo duráveis, como os industriais e agrários de baixa produtividade.

A política desenvolvimentista implementada no País através dos governos de Getúlio e Juscelino ampliou as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, porém com grande foco nas instituições profissionalizantes, para atender ao momento de desenvolvimento industrial e do mercado brasileiro. Principalmente na década de 1940, período de criação do Serviço Nacional das Indústrias, Serviço Social na Indústria, Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Em resposta à crise, o keynesianismo alia-se ao fordismo, através da ampliação da tributação, o aumento de políticas de redistribuição de renda e gastos sociais, etc. Essas mudanças refletiram em uma estabilização, considerando que

Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico [...]. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas. (HARVEY, 2011, p.125).

Esse momento é chamado de início dos anos dourados do imperialismo, no pós guerra, com a reordenação do papel do Estado, conhecido como: Estado de bem estar social. Driabe (1993) destaca que para analisar o caso brasileiro, deve-se considerar que

Exatamente o que os estudos comparativos tem mostrado é que o "Welfare State" pode ser mais universalista, institucionalizado e estatizado, em alguns casos, ao passo que , em outros se mostra mais privatista e residual; em uns mais generoso na cobertura e diversificação dos benefícios, em outros mais seletivo e assistencialista; em alguns países é mais intenso o mecanismo de dinâmica político-partidária e eleitoral, enquanto em outros é mais "politizado" e clientelisticamente utilizado. Em determinados casos e padrões, foi capaz de praticamente extirpar a pobreza absoluta, garantindo uma renda mínima (ou o imposto negativo) a todos quanto não lograram integrar-se via mercado e salário; em outros, tem deixado relativamente a descoberto e desprotegidos os bolsões ou, as camadas mais pobres da população.

O período do regime autoritário, a ditadura civil-militar, que percorreu

os anos 1964 a 1985 foi marcada por grande repressão, mas também por uma administração centralizada, sem participação popular. A política de educação é marcada por esse contexto expresso pelo autoritarismo e abertura aos interesses privados, através de acordos firmados internacionalmente, com modelos de educação norte americanos.

A Reforma Universitária iniciada em 1969, ampliou as possibilidades de inserção do mercado no ensino superior, a lógica privatizante e a dependência ao imperialismo monopolista, como uma tendência difundida aos outros países da América Latina. Logo em 1971, a Reforma do 1º e 2º grau direcionou a educação básica para a formação profissionalizante, como tendência proposta pelos organismos internacionais: Organizações das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). (PINTO, 1986).

Esses foram os anos dourados do capitalismo que durou de meados da década de 1940 ao final de 1960, com altas taxas de crescimento econômico nos países imperialistas, resultado de uma expansão acelerada, fruto da superexploração, como reflexo do modo de produção fordista.

O momento era de recessão, em paralelo a organização dos trabalhadores fortalecia-se com os sindicatos e a consciência de classe, pressionando para a ampliação dos direitos sociais, por essa questão os momentos de retração do investimento causava grande pressão dos trabalhadores à rigidez do fordismo e aliado ao colapso inflacionário e a “crise do petróleo” demonstrava-se que a capacidade de acumulação tinha se esgotado. Para Behring e Boschetti (2008) nesse momento houve “o esgotamento da procura dos bens fordistas, acompanhado de uma incapacidade de fazer emergir um volume suficiente de procura de novos bens fordistas, e uma dificuldade para industrializar plenamente uma procura de serviços em forte progressão”.

Uma outra crise mundial foi instaurada, causando impactos diretos no Estado desenvolvimentista, nas últimas décadas do século XX, que

reflete, em boa medida, as frágeis bases do protecionismo às frações burguesas nacionais. Por expressar uma extrema dependência do fluxo de exportação de capitais (financeiros e tecnológicos) o modelo desenvolvimentista é altamente impactado com a crise mundial recente do capitalismo e suas alternativas de superação, pautadas na reestruturação produtiva e financeirização da economia. (SANTOS,

A flexibilização, veio como resposta à rigidez do fordismo e abriu possibilidades ainda não vivenciadas do mundo do trabalho, que evidenciariam o caráter liberal que fora resgatado pelo imperialismo, esse processo é chamado por Harvey (2011) de acumulação flexível. Inaugura-se, portanto, uma nova fase do imperialismo: a contemporânea, um período de transição e mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais. Essas mudanças são respostas ao momento de crise e fazem parte de um projeto de estabilização do sistema, composto por uma reestruturação da produção, da financeirização do capital e do resgate da ideologia liberal, o neoliberalismo.

Aliado a isso, há uma constante desarticulação dos trabalhadores organizados e dos sindicatos, portanto o enfrentamento a essas condições fica também desarticulado e os trabalhadores inserem-se conseqüentemente à lógica competitiva imposta pelo mercado.

Como aponta Chesnais (1996) a mundialização do capital influencia uma redivisão social e internacional do trabalho, o processo de centralização e concentração do capital são essenciais para o seu desenvolvimento, principalmente na fase contemporânea do imperialismo, impactando geograficamente (centro/periferia), mas também definindo a concentração de poder. Os elementos centrais para a concentração de poder são o domínio da informação e da ciência, que aliados geram possibilidades enormes de investimentos, exploração e acúmulo de riqueza.

Segundo Netto e Braz (2012, p. 237) o poder e controle das “elites orgânicas” que passaram “a operar-se também através de instituições, agências e entidades de caráter supranacional – como o Fundo Monetário internacional, o Banco Mundial e organismos vinculados à Organização das Nações Unidas”. Através desses instrumentos, que a interferência nos países periféricos e dependentes passa a ter maior consistência, definindo o papel do Estado, o movimento do mercado e dos bancos.

A ideologia neoliberal vai ser disseminada através do controle de poder transnacional, que produz as necessidades de consumo, da mídia, e das outras instituições sociais de poder. A partir dessa ideologia que a superação da crise é colocada, através de reformas dos Estados, realinhando a justificativa de que

os gastos sociais não devem ser responsabilidade estatal e que são esses os maiores causadores das crises. A defesa do Estado Mínimo é na verdade, como afirma Netto e Braz (2012, p. 239), “mínimo para o trabalho e máximo para o capital”.

Ao final da década de 1980 o processo de redemocratização do país foi impulsionado por intensa pressão popular, em que os movimentos sociais e partidos de esquerda, com grande resistência, acumularam desde o final da década de 1970 uma grande articulação e mobilização social, que levaram para a derrubada da ditadura civil-militar no Brasil. A consolidação desse processo foi materializada através das eleições presidenciais de 1985 com a eleição de Tancredo Neves, porém, com sua morte, o país foi governado por José Sarney, seu vice. O segundo marco, em 1988 foi a Assembleia Constituinte, que construiu a chamada constituição cidadã, que avançou na perspectiva de direitos sociais e políticos, das políticas sociais como também na democratização e descentralização do Estado, dando os primeiros passos da democracia para a organização da sociedade civil nos termos gramscianos, como aponta Coutinho (2006).

Porém, mesmo com os avanços da Constituição Cidadã de 1988, a definição da educação como direito social e dever do Estado, afirmando a corresponsabilidade da família e sociedade civil, determinando o ensino público e gratuito do ensino infantil ao médio a quem deles precisar, garantindo a autonomia das universidades públicas e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ainda ficou garantindo a livre iniciativa privada na educação e o objetivo de formar para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Neste contexto neoliberal, o Brasil que vivia um contexto singular, uma dívida externa alta e uma crise inflacionária incontável, demandou uma intensa articulação da burguesia nacional para consolidar o novo modo de acumulação capitalista. Os primeiros governos da redemocratização, José Sarney, Fernando Collor de Melo e Itamar Franco avançaram com o neoliberalismo no país, com grandes críticas à estrutura do Estado e desmantelo de setores públicos e políticas públicas, com impactos como grande desemprego e miséria.

Porém, só no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995-2003

que se consolida o processo de “reconstrução” do Estado, que reorganizaria suas funções para superar a crise, através de um plano de reforma de Estado, com a criação de um Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, chefiado por Bresser Pereira com grande influência dos acordos do Consenso de Washington e interferência dos organismos internacionais como uma prerrogativa para os países em desenvolvimento,

A justificativa adotada é que a crise foi gerada pela situação fiscal do país, a crise inflacionária, perda de crédito estatal, o excesso de ação do Estado, sua ineficiência, rigidez e burocracia, portanto uma reforma no aparelho estatal recuperaria a sua “governabilidade (legitimidade) e *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar)”. (BEHRING, 2003).

No mesmo ano de sua posse, foi apresentado um Plano Diretor de Reforma do Estado, em que se faziam críticas ao Estado interventor, mas também ao neoliberalismo, que tinha pouca aceitação popular, então foi apresentado um projeto social-liberal, como uma terceira via, que se dedicaria prioritariamente aos seguintes pontos:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (MARE, 1995, p. 11)

Essa reforma, para FHC recuperaria a produtividade dos serviços estatais, fortalecendo sua ação reguladora, através da reorganização de alguns setores do Estado, demonstrando o caráter privatista de desresponsabilização do Estado frente a alguns avanços constitucionais, como a abertura para a privatização e ascensão de empresas com apoio público nas áreas da saúde e a educação que deixam de ser considerados direitos e passam a ser considerados serviços (com exceção da educação básica), podendo articular os interesses públicos e privados, com a criação de Organizações Sociais (OS), que são organizações públicas de interesse privado sem fins lucrativos, como também do Terceiro Setor.

Portanto, essa reforma é considerada uma contrarreforma, conforme afirma Behring (2003, p.198)

A “reforma” do Estado, tal como está sendo conduzida, é a versão brasileira de uma estratégia de inserção passiva e a qualquer custo na dinâmica internacional e representa um escolha político-econômica, não um caminho natural diante dos imperativos econômicos. [...] que, ao meu ver, não permite caracterizar o processo em curso como modernização conservadora, mas como uma contra-reforma, que mantém a condução conservadora e moderniza apenas pela ponta.

Nesse momento, há um aumento da influência de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para formulação de políticas econômicas e sociais. A educação passa a ser alvo de formulações dessas instituições objetivando reformas em toda a América Latina e países de capitalismo dependente, considerados em desenvolvimento. A principal característica proposta é a

diversificação de instituições (universidades, faculdades, centros universitários); variedade das fontes de financiamento; redefinição da função do Estado (de fornecedor da educação a garantidor da sua privatização); implantação de uma política de qualificação do ensino superior que atenda aos interesses do setor privado. (BANCO MUNDIAL, 1994 apud FERREIRA, 2011, p. 04).

A educação nesse contexto da década de 1990 caracteriza-se como um gasto a mais para o Estado, considerando assim a necessidade de ampliar o seu financiamento através de instituições privadas. Esse projeto vai continuar se consolidado através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada através da Lei n. 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação aprovado em 2001 que instrumentaliza a política de educação já em curso no País.

O governo Lula, que assume em 2003 abarcava diversas expectativas por se tratar de um partido construído com base popular, com grande legitimidade dos trabalhadores do país, com um programa construído com participação de diversos partidos e militantes de esquerda. Porém, desde a sua campanha, já dava indícios que não iria romper com a política adotada pelos presidentes anteriores, dando continuidade a essa política de terceira via, com uma proposta de conciliação de classes, com interesses antagônicos, através de um governo de coalisão.

Nesse período, garantiram-se avanços para a área social, ao mesmo passo que a economia alcançava para seus melhores índices, os lucros

bancários em alta, a ascensão à classe média através do acesso ao consumo de bens e serviços e o apoio de um grande setor da esquerda, que refletiu no apaziguamento de alguns movimentos sociais, pela intrínseca relação com a construção do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Em contraposição começou a ser organizada uma oposição pautada nos reais interesses da classe trabalhadora, que protagonizou muitas lutas em denúncia ao projeto implementado no Brasil, com críticas aos pacotes de contrarreformas, assistencialismo, privatizações, concessão aos bancos e grandes empresas multinacionais. Esse processo seguiu até o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, em que a economia começou a dar indícios de colapso e o arrocho aos direitos sociais foi evidenciado, através de ajustes fiscais cada vez mais ofensivos aos trabalhadores.

Um exemplo importante é a política de educação superior, que se pautou na democratização do acesso como principal norteador, logo nos primeiros anos de gestão do governo Lula, apresentou-se um Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), onde foram apontados programas de reorganização da educação, com o objetivo de alinhar as metas dos organismos internacionais ao país. É então através do PDE que a nova Reforma do Ensino Superior é iniciada, com características marcadas pela intensificação da presença do setor privado, desempenhando papel de destaque na consolidação do projeto neoliberal.

Segundo Lima (2005) a Reforma do Ensino Superior do governo Lula, também é considerada uma contrarreforma diante do seu caráter de expansão, através de algumas características como: da diversificação das IES, que passam a ser caracterizadas como centros universitários, faculdades e universidades; do processo de privatização interna das universidades públicas através das Parcerias Público- Privado (PPP); da ampliação do financiamento público para instituições privadas através de bolsas de estudo e financiamento de mensalidades para estudantes com perfil socioeconômico vulnerável; da criação de um Sistema Nacional de Avaliação para o Ensino Superior; da criação de uma política de cotas raciais e sociais; do Plano Nacional de Assistência Estudantil, e com a perspectiva de expansão para o ensino à distância. Essas últimas, conquistas fruto da atuação dos movimentos sociais.

O caráter dessa expansão pode ser compreendido através dos principais programas implementados a partir de 2003, sendo eles: o Programa Universidade para Todos, o Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais; e com uma grande atenção para a modalidade de Ensino à Distância.

Compreendendo essa lógica, é possível perceber as limitações no discurso de democratização do acesso à educação em curso no país, ao passo que não há disposição da classe dominante brasileira para garantir reformas estruturais e no lugar uma tendência para implementar contrarreformas. Para Lima (2005) a educação superior no país “não possui, historicamente, condições de redimensionar seu projeto de educação, na medida em que está inserida nos marcos do capitalismo dependente”.

Essas ações sofreram grandes críticas do movimento docente e estudantil, principalmente da Frente de Luta contra a Reforma Universitária, no que tange a assistência estudantil, a autonomia universitária, o investimento para a educação e precarização do trabalho. As críticas questionavam a garantia de ampliação de estrutura física com qualidade para comportar a expansão, contratação de docente no regime de dedicação exclusiva para garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a relação professor- aluno que impacta na qualidade da formação, precarizando a relação ensino- aprendizagem e o processo de trabalho dos docentes, com a criação do banco de professor-equivalente, e a diminuição de concursos para docentes e técnicos administrativos, especialmente os últimos, que tiveram uma redução no quadro nas universidades federais paralelamente, a uma ampliação da terceirização. (ANDES, 2007)

O cenário foi se complexificando no desenvolvimento dos programas, perpassando também os mandatos do governo Dilma (PT), de 2011 até 2015 quando foi afastada do cargo, principalmente com a aprovação do novo Plano Nacional de Educação em 2013, que não mudou a direção e concepção do plano anterior, com suas metas articuladas com a política expansão do ensino superior em curso, com algumas medidas novas: tornando o Reuni uma política de Estado colocando suas metas como estruturantes do plano, a ampliação do FIES e PROUNI na graduação e pós- graduação stricto sensu, e a modalidade

à distância que também deve ampliar-se com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Conforme destaca LIMA (2013, p. 9)

Estes dados evidenciam que o novo PNE realiza dois movimentos. Aprofunda a certificação em larga escala operada pelo Reuni, como analisa LIMA (2008), bem como fortalece o empresariamento da educação (básica e superior) através das vagas “públicas” nas entidades privadas do sistema S e da ampliação da isenção fiscal aos empresários da Educação Superior pelo FIES (nos cursos privados de graduação de pós-graduação, ambos nas modalidades presencial e a distância).

Paralelo a este contexto um evento inesperado estava sendo gestado no interior do Estado brasileiro, com o avanço das consequências da crise fiscal que mundialmente desestruturou o capitalismo financeiro, os países latino-americanos só sofreram diretamente o período de recessão na entrada da segunda década do século XX. Fruto da política de conciliação de classes e das ações populistas do último período dos governos PT, em 2016 conclui-se o desfecho orquestrado pela burguesia brasileira, articulada internacionalmente: o *impeachment* de Dilma Rousseff, mais um golpe de Estado no país.

O vice-presidente Michell Temer assume a presidência e logo nos primeiros momentos dá início ao projeto antipopular de aprofundar o projeto neoliberal no país, aprovando ainda em 2016, a Emenda Constitucional 55 que determina e limita o teto de gastos públicos por 20 anos, ou seja, a partir de 2018 os gastos federais, principalmente das áreas sociais, só poderão ser ajustados conforme a inflação. A premissa de que o Estado tem muitos gastos sociais é resgatada e inicia-se o processo de desmonte dos direitos sociais através de contrarreformas em áreas estratégicas como o trabalho e a previdência social.

[...] são propostos: um novo regime orçamentário, com a desvinculação de todas as receitas — o que seria o fim de todo o modelo de financiamento da educação e da saúde pública brasileira; o fim da política de valorização do salário-mínimo, desvinculando-o da inflação; a eliminação da indexação de qualquer benefício, inclusive aposentadorias, ao valor do salário-mínimo; o ataque aos direitos trabalhistas, encarados como custos empresariais que devem ser reduzidos para que sobrem recursos para serem acumulados; a reforma na Previdência Social, apresentada como uma das fortes responsáveis pela crise fiscal; o incremento das privatizações, em que se pode esperar o fim do regime de partilha e o controle da Petrobras, do Pré-Sal e a venda de ativos da Caixa Econômica e do Banco do Brasil e política e comércio internacionais, em que o papel do Mercosul e dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) será minimizado, submetendo o país às parcerias transatlânticas e transpaciais lideradas pelos EUA, as quais dão privilégio aos

investidores estrangeiros, agredindo a soberania e a proteção socioambiental brasileira. (MANCIBO, 2017, P. 880)

Para a educação superior, nem mesmo as metas propostas para o decênio no Plano Nacional de Educação poderão ser cumpridas e aprofunda-se o processo de diversificação das Instituições de Ensino Superior, flexibilização da formação, o incentivo ao ensino à distância e o desmonte das Universidades e Institutos Federais. Em 2017 o Banco Mundial apresenta ao Brasil mais um documento sobre os investimentos do governo, em especial para a educação superior.

[...] este último documento do Banco Mundial (p. 137-138) propõe, na mesma linha do “estudo de 1995”, as seguintes orientações e medidas: 1- redução dos recursos destinados às Universidades Federais, o que as obrigaria “redefinir a sua estrutura de custo e/ou buscar recursos em outras fontes”; 2- introdução de “tarifas” escolares (ensino pago); 3- financiamento para os estudantes que não puderem pagar as mensalidades instituídas pelas Universidades Federais, tal como já ocorre com o FIES que, “felizmente”, segundo o documento, já oferece empréstimos estudantis para viabilizar o acesso a universidades privadas; e 4- para completar, bolsas de estudos gratuitas para os estudantes mais pobres, através do PROUNI. (DRUCK; FILGUEIRAS; MOREIRA, 2017, p. 3)

Esse processo está engendrado no capitalismo financeiro, onde a educação passa a ser rentável e possível de especulação. O Brasil já conta com as maiores empresas de educação superior do mundo, como a Kroton, Estácio e Rede Laureate, possibilitadas através do incentivo do Estado principalmente com os programas como FIES e PROUNI.

3. CONCLUSÃO

A educação faz parte do processo de construção do homem, porém, com o desenvolvimento das relações em sociedade e a divisão de classes sociais, determinou a lógica de educação, que, historicamente, caracterizou-se em dois tipos: uma educação para as elites, com o desenvolvimento de atividades intelectuais, e outra educação, para os trabalhadores, voltada para o processo produtivo. Chegamos à conclusão de que a educação serve também para legitimar o pensamento dominante, sendo através dela que os princípios e valores da ideologia dominante são naturalizados entre os próprios

trabalhadores, tornando-se então um campo de disputa para os que acreditam que a educação deve contribuir para o desenvolvimento de habilidades, que possibilitem um processo de emancipação humana, tornando-se essencial romper com a lógica de educação hegemônica e com a atual lógica de produção e organização social, para sua realização.

A legitimidade do sistema capitalista é defendida e articulada com diversos fatores que contribuem com a sua naturalização, atualmente a ideologia neoliberal tem cumprido o papel de consolidar e naturalizar os princípios da relação social burguesa, influenciando as diversas áreas da vida social.

Como podemos perceber através da discussão apresentada a expansão da educação superior continuou tomando os rumos já determinados pelos organismos internacionais desde a década de 1960, porém com um maior aprofundamento nos últimos anos. A disputa entre os movimentos sociais e a burguesia acompanha o movimento de transformação do capital, ao passo que a defesa da democratização do acesso à educação para os movimentos sociais corresponde a uma concepção de universidade socialmente referenciada, para a burguesia essa possibilidade deve estar articulada à necessidade de acumulação do capital.

Para superação desse cenário faz-se urgente o enfrentamento aos ataques, através da organização dos trabalhadores, considerando que “a libertação da classe trabalhadora tem que ser obra dela mesma” (MARX, 2012, p. 34).

REFERÊNCIAS

ANDES, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **O Plano de Desestruturação do Ensino Superior - PDE**. Brasília. 2007

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. Cortez. São Paulo, 2003.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo. Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. O conceito de sociedade civil em Gramsci e a luta ideológica no Brasil de hoje. In: _____. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo. Cortez, 2006.

DRIABE, S. M. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, n. 8, 1993.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz; MOREIRA, Uallace. **Ajuste fiscal e as universidades públicas brasileiras: a nova investida do banco mundial**. 2017, Disponível em: <<http://www.edgardigital.ufba.br/?p=5841>>

FERREIRA, Débora Spotorno Moreira Machado. **A contrarreforma da educação superior do governo Lula e a formação profissional em Serviço Social: uma análise dos impactos do REUNI nos cursos de Serviço Social das universidades federais dos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro – Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora**, 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Transformação Política econômica do capitalismo do final do século XX**. Editora Loyola, São Paulo, 2011.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, rio de Janeiro, 2005.

MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 141, p.875-892, out./dez, 2017.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: _____ **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1967, p.57-114.

Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor de Reforma do Estado**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n.3, 2001.

_____. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua**

imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo; Cortez, 2010.

PINTO, Rosa M. F. **Caminhos da política educacional brasileira: 1964 e os anos seguintes**. In: _____. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986. cap.3, p.55-79.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, Demerval. A história da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. especial, p. 147-167, 2008.

WANDERLEY, G. S. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1979.